Fundo Penitenciário Estadual

14 de Junho de 2021 , 11:32

Atualizado em 17 de Junho de 2021 , 14:31

Criado pela Lei Estadual 11.402, de 14 de janeiro de 1994, o Fundo Penitenciário Estadual tem por objetivo possibilitar a obtenção e a administração de recursos financeiros destinados ao sistema penitenciário do Estado e à construção, à manutenção, à reforma e à ampliação de unidades destinadas ao cumprimento de medida socioeducativa de internação.

São recursos do Fundo Penitenciário Estadual:

I - os resultantes de multas pecuniárias fixadas nas sentenças judiciais no Estado, nos termos dos arts. 49 e 50 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940;

II - os resultantes de prestação pecuniária decorrente da aplicação do inciso I do art. 43 e do § 1º do art. 45 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940;

III - as multas de caráter criminal previstas na Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995;

IV - a totalidade das fianças quebradas ou perdidas;

V - 50% (cinquenta por cento) do valor das fianças arbitradas pelas autoridades policiais e judiciárias;

VI - os resultantes de repasse do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN;

VII - rendimentos de qualquer natureza, auferidos como remuneração, decorrentes da aplicação do patrimônio do Fundo;

VIII - doações, auxílios e contribuições recebidas de organismos ou entidades nacionais, internacionais ou estrangeiros, bem como de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras;

IX - outras receitas que possam ser atribuídas ao Fundo.

[Legislação](#)

[Passo a passo para a emissão do Documento de Arrecadação Estadual \(DAE\)](#)

[Enviar para impressão](#)